

VII SEMANA NORTE-RIOGRANDENSE DE PSICOLOGIA**III JORNADA DE PSICOLOGIA DA UFRN:****ANAIS CONHECENDO PARA
INTEGRAR****COMITE GESTOR:**

- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 17ª REGIÃO – CRP-17/RN
- CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN.

COMISSÃO ORGANIZADORA:

- Nilza Maria Molina Mendes
- Neuciane Gomes da Silva
- Fernando Joaquim da Silva
- Kelly da Silva Sarmento
- Magali Melo de Oliveira
- Maria das Graças Lima de Medeiros
- Mary linda Medeiros da Costa
- Rodrigo Costa Oliveira

COMISSÃO CIENTÍFICA:

- Eulália Maria Chaves Gomes
- Maria Albanisa da Silva
- Neuciane Gomes da Silva
- Nilza Maria Molina Mendes
- Sandra Maria de Vasconcelos Uchoa

COMISSÃO DE APOIO OPERACIONAL:

- Eudes Araújo Rocha
- Francileide de Carvalho Nobre
- Heloísa Karmelina Carvalho de Sousa
- Kairo Bezerra da Silva
- Kallyane Shirley de Souza
- Mariana Meira Pires Simonetti
- Priscilla Cristhina Bezerra de Araújo
- Régina Gonçalves de Melo
- Rosivaldo Rocha Rafael

AT.: Todos os resumos aqui contidos são de inteira responsabilidade de seus autores.

CAPSI: CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTIL (CAPSI) - ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR À PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS.

Nome do serviço: Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPSi – Cidade da Esperança, Natal/RN.

Endereço: Av. Capitão Mor Gouveia, nº 1.214, Bairro Cidade da Esperança, CEP: 59060-971, Natal/RN. Fone (84) 32328934, E-mail <capsi.natalrn@yahoo.com.br>

Finalidades: O CAPSi tem por finalidade atender crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 18 anos, portadores de transtorno mental. São, também, desenvolvidas atividades comunitárias de integração da criança e do adolescente na família, na escola e na comunidade. Promove, ainda, ações intersetoriais, principalmente na assistência social, educação e justiça.

Apresentador: Diogo Faria Melo

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever o serviço oferecido pelo Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) enfocando o papel do psicólogo.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram instituídos juntamente com os Núcleos de Assistência Psicossocial (Naps) através de uma portaria, o que remete às leis e políticas criadas em prol dos indivíduos portadores de sofrimento mental a partir da luta antimanicomial no Brasil. Estes centros são unidades de atendimento intensivo e diário, constituindo uma alternativa ao modelo centrado no hospital psiquiátrico, já que permite que os usuários permaneçam junto a sua família e comunidade. É um local que visa o desenvolvimento da autonomia e cidadania do portador de sofrimento psíquico, favorecendo a vivência interdisciplinar e promovendo o intercâmbio do saber entre diversas áreas de conhecimento, já que contam com uma equipe formada por diversos profissionais. O tratamento deve ser interdisciplinar, com o auxílio de atividades como educação física, música, teatro e pintura.

Eles privilegiam o tratamento psicoterápico, cuja meta é alterar as determinantes sócio-históricas concretas e específicas de cada caso psicopatológico utilizando o tratamento farmacológico apenas como suporte.

O ambiente é amplo, e têm a estrutura de uma casa, aconchegante e acolhedora, contrastando com o ambiente manicomial. Além de cuidados clínicos, como atendimento individual, medicamentoso, psicoterápico, entre outros, as pessoas assistidas nos CAPS têm acesso a trabalho, lazer e retirada de documentos. Os profissionais desses centros, além de prestarem serviços ambulatoriais, fazem visitas domiciliares, atendem e orientam às famílias dos assistidos e promovem atividades comunitárias, enfocando a integração do doente mental na comunidade e na família.

Em Natal o CAPSi foi criado com o objetivo de atender crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 18 anos, portadores de transtorno mental (psicose, autismo) ou que sejam usuários de álcool e outras drogas, porém, essa última demanda não tem sido assistida nesse serviço. No momento, são atendidos, mensalmente, cerca de 50 pacientes ao mês por uma equipe multidisciplinar formada por psiquiatras, neurologistas, enfermeiros, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, auxiliares de enfermagem, nutricionista, administradora, enfermeira e estagiários, entre outros profissionais. Estes profissionais, seguindo a proposta do serviço, atuam de forma interdisciplinar, participando conjuntamente da tomada

VII SEMANA NORTE-RIOGRANDENSE DE PSICOLOGIA**III JORNADA DE PSICOLOGIA DA UFRN:****“A Psicologia no RN: da formação à atuação, uma construção coletiva”**

26 a 29 de AGOSTO de 2008 – Campus da UFRN - NATAL/RN

de decisão e da discussão de casos. Alguns, entre eles o psicólogo fazem atendimentos individuais.

No CAPSi não são feitas internações, se há algum caso no qual se faz necessário essa medida, o paciente é encaminhado para outro local.

Lá são desenvolvidas atividades comunitárias de integração da criança e do adolescente na família, na escola e na comunidade. Ao contrário de antigas medidas que diziam ser a família e a sociedade as responsáveis pelo desenvolvimento da doença, o CAPS e os demais serviços substitutivos vêem a família e a sociedade como integradoras do doente mental com o mundo, a cultura, a comunidade, as normas, entre outros aspectos. Promovem também ações intersetoriais, principalmente na assistência social, educação e justiça.

As crianças são atendidas individualmente pela manhã e tarde. Durante o período matutino também se desenvolvem atividades na brinquedoteca e na oficina de artes.

O SERVIÇO DE PSICOLOGIA EM DIREITOS HUMANOS

Nome do serviço: Centro de Atendimento às Vítimas de Violência – CEAV e o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia – CRCH.

Endereço: Av. Deodoro da Fonseca, nº 249, Bairro Petrópolis, CEP: 59012-600, Natal/RN. Fone (84) 3232-2835, E-mail <ceav@rn.gov.br>

Finalidades: Assegurar o exercício dos direitos das vítimas de crimes e de seus familiares, resgatando a sua cidadania e constituindo-se em um instrumento de prevenção da violência através da busca pela redução da impunidade; efetivação do programa Brasil sem homofobia, contribuindo através da sugestão de políticas públicas e de desenvolvimento de ações que proporcionem uma maior consolidação da rede de combate a impunidade.

Apresentadora: Candida de Souza

RESUMO

A Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do RN (SEJUC), com o apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), implementou na Coordenadoria de Direitos Humanos e Defesa das Minorias (CODEM) o Centro de Atendimento às Vítimas da Violência – CEAV e o Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à homofobia – CRCH. O CEAV é um espaço habilitado que oferece serviços que busquem assegurar o exercício dos direitos das vítimas de crimes e de seus familiares, procurando resgatar a sua cidadania, constituindo-se em um instrumento de prevenção e diminuição da violência através da busca pela redução da impunidade. Já o CRCH foi implementado com o objetivo de efetivar o Programa Brasil sem Homofobia no RN. Os centros funcionam em paralelo, com equipe multidisciplinar, prestando atendimento jurídico e psicossocial à população, contribuindo para a construção de uma cultura de prevenção da violência, através da minimização da impunidade, possibilitando o acesso à Justiça, além de proporcionar orientações sobre direitos humanos, informando as garantias legais e encaminhando para os serviços especializados de atendimento. A população atendida perpassa as diversas faixas etárias e se configura principalmente de pessoas que sofreram qualquer tipo de violência, ou testemunhas, que necessitem de orientação sobre como agir em casos como homicídios e tentativas de homicídio, latrocínio, tortura, violência sexual, violência por discriminação de raça, religião, etnia, orientação sexual e violência policial. O serviço de Psicologia atua de maneira a acolher a população que procura os centros, através de aconselhamento psicológico, proporcionando uma melhor qualidade no atendimento e na escuta, procurando encaminhar as demandas que necessitam de acompanhamento psicológico para serviços especializados. Contribui ainda na sugestão de políticas públicas e desenvolvimento de ações na comunidade que combatam a discriminação, o preconceito e a violência, buscando sempre estabelecer parcerias com diversas instituições governamentais e não-governamentais, para que se consolide cada vez mais a rede de combate à impunidade.